

HERACLITO

FRAGMENTOS CONTEXTUALIZADOS

BIBLIOTECA DE AUTORES
CLÁSICOS

Sous l'histoire, la mémoire et l'oubli.
Sous la mémoire et l'oubli, la vie.
Mais écrire la vie est une autre histoire.
Inachèvement.

PAUL RICOUER, *La mémoire, l'histoire, l'oubli*.

AGRADECIMENTOS

A preparação da dissertação de doutoramento que deu origem a este livro ocupou cinco anos da minha vida. Pouco tempo para o volume de documentos que fui recolhendo nos diversos arquivos ibero-americanos, ora conduzida pela intuição ora movida pela subtilidade das sugestões implícitas nas fontes. Muito tempo pelas extraordinárias vivências que a feliz conjugação do tempo, dos lugares e das pessoas me proporcionou.

Neste tempo, de descoberta e de construção, fui acompanhada de muitas vozes e de outras tantas mãos, às quais quero expressar aqui a minha profunda gratidão. Em primeiro lugar, a família, que sempre nos envolve num abraço quando nos sente mobilizados para um projecto de realização pessoal de magnitude imprevisível. A minha mãe, sempre disponível para compensar as minhas ausências, foi um suporte fundamental num quotidiano de crescente alheamento da existência material. O Alexandre sempre aceitou, com muito afecto e serenidade, as minhas fugas frequentes, vindo a render-se ao estudo da História. O João Ventura, companheiro entusiasta nas rotas de descobertas mais promissoras, foi um leitor atento e crítico das múltiplas versões provisórias. A sua sedução pela conceptualização do discurso sobre a esfera pública foi muito estimulante para a construção do texto. O Virgílio Mateus, inevitavelmente fascinado pelas questões jurídicas e formais, contribuiu para a reorganização de alguns capítulos com as suas pertinentes observações críticas. Quero expressar-lhes a minha gratidão e o meu afecto, extensivos a todos os meus amigos, em particular a Virgínia Valadares, Margarida Cunha e Valdemar Coutinho.

A ausência de estudos em Portugal sobre a temática desta tese gerou dificuldades acrescidas e mobilizou-me para um esforço maior. Graças ao encontro anual, em Portimão, de investigadores e historiadores ibero-americanos, no âmbito das jornadas promovidas pelo Instituto de Cultura Ibero-Atlântica, pude cimentar contactos e discutir, num espaço único, questões fundamentais da história, da literatura e da arte da Ibero-América. À Professora Consuelo Varela (EEHA, Sevilha) e ao Professor Juan Gil (Universidade de Sevilha) agradeço a amizade que sustentou o diálogo frutuoso, o estímulo reiterado à prossecução deste trabalho e a disponibilidade para a leitura atenta da versão final.

À Organização dos Estados Ibero-Americanos, especialmente à Dr.^a Marta Torrado (OEI, Bogotá) e ao Doutor César Briceño (OEI, Venezuela), agradeço o apreço que sempre me manifestaram e a possibilidade de, na qualidade de membro do Nodo Coordenador da Cátedra de História da Ibero-América, fazer novos amigos que, do outro lado do Atlântico, me ajudaram na clarificação de dúvidas sobre a organização do espaço hispano-americano no período colonial. Entre estes, agradeço especialmente ao Doutor Armando Martínez (Universidade de Santander, Colômbia) e ao Doutor Rafael Diego Fernández (Colégio de Michóacan, México) o envio de bibliografia relevante.

A minha estada em Lima, para investigação no Archivo General de la Nación, foi possível graças ao apoio do Instituto Camões e da CNCDP, por empenho dos seus presidentes, respectivamente Dr. Jorge Couto e Professor Joaquim Romero de Magalhães. A ambos o meu agradecimento.

Viver em Lima no mês politicamente quente de Julho de 2000 foi particularmente gratificante porque contei com a amizade de três amigos inesquecíveis. A Dr.^a Pilar Freitas e o Dr. Alfonso Rios, magistrados do Palácio da Justiça, onde funciona o Archivo General de la Nación, revelaram-me os segredos da cultura peruana de forma calorosa e autêntica, própria dos povos sul-americanos. A Dr.^a Maria do Carmo Reparaz recebeu-me com nostalgia do país distante que mal conhecera, em memória de seu pai, o Dr. Gonçalo Reparaz, o autor português mais citado sobre a presença de portugueses em Lima. No Archivo General de la Nación, na altura vigiado pelos tanques de Fugimori, estou particularmente grata à Sr.^a Directora, Dr.^a Aida Mendonza Navarro, e às arquivistas Dr.^a Ruth Borja Santa Cruz, D. Silvia de Montesinos e D. Nora Romero pela extraordinária gentileza e eficácia

com que me atenderam nos longos dias cinzentos de trabalho. A todos retribuo o abraço caloroso.

Ao Professor Antônio Marques de Almeida, meu orientador de doutoramento, agradeço a leitura das várias versões da minha dissertação e a sua insistência na clareza e no rigor do discurso. Aos jurados das minhas provas públicas agradeço a disponibilidade para debater o texto final, particularmente aos arguentes, o Professor Eugénio dos Santos, a Professora Consuelo Varela e a Professora Ângela Domingues. Reúno no mesmo abraço o Professor Antônio Borges Coelho, mestre e amigo em todas as circunstâncias. As inúmeras conversas de café ou à sombra das suas figueiras, nas Sesmarias, despertaram-me para múltiplas abordagens de questões que lhe são caras, como os cristãos-novos e a Inquisição. Ao Professor Vítor Serrão agradeço o apoio concedido à leitura da iconografia dos mercadores portugueses em Lima.

Finalmente, ainda um agradecimento particular ao Sr. José Peres, pela colaboração devotada na construção de alguns dos mapas e genealogias que ilustram o texto.

Parafraseando Jorge Luis Borges, terminaria dizendo que se me perguntassem qual foi o principal acontecimento da minha vida, eu responderia que se situa algures, de forma indefinida, neste trabalho, pelo sentido de descoberta e vivências que me evoca. Por isso a todos agradeço, até aos portugueses que há mais ou menos cinco séculos partiram nas *naves inventoras de regiones*, restituídos agora ao tempo e à terra, resgatados do olvido.

INTRODUÇÃO

Bem pouco ou nada sei de meus
[maiores
Portugueses, os Borges: vaga gente
Que prossegue em minha carne
[obscuramente,
Seus hábitos, rigores e temores.
Ténues como se não tivessem sido
E alheios aos trâmites da arte,
Indecifavelmente formam parte
Do tempo e da terra e do olvido.

JORGE LUIS BORGES, *O Fazedor*.

Borges é uma metáfora da América, concubina de raças e de culturas, amadurecida no seio de uma terra devassada por vaga gente. Tal como em Borges, a multiculturalidade moldada pelo sangue espanhol integra outras mestiçagens mais difusas de raiz portuguesa e outras, mais tardias, de origem anglo-saxónica e germânica.

Não é por retórica que se convoca Borges. A razão fundamental emerge das marcas mais ou menos disseminadas da presença ancestral dos portugueses para além das fronteiras do território politicamente delimitado pelos sucessivos tratados de limites. Presença visível na Argentina, no Uruguai e na Venezuela, alimentada por correntes regulares de emigração, sobrevivente na toponímia e no imaginário de comunidades nativas mais isoladas, mas globalmente dissolvida no modelo colonial e cultural hispânico. Como Borges disse dos seus antepassados portugueses, estes, indecifavelmente, formam parte do tempo, da terra e do olvido.

Sob a memória e o esquecimento, pulsa a vida, diz Paul Ricoeur. O interesse que pode suscitar o conhecimento da diáspora dos portugueses

pelo mundo hispano-americano resulta da mobilidade e da versatilidade dos portugueses num espaço pleno de tensionalidades. A questão ontológica deste estudo está claramente definida no título. Num espaço fluido, mas concreto, num tempo propício à incubação de cumplicidades, tentaremos apreender as vivências dos portugueses que partiram para as bandas del Piru, isolados, agrupados, com destino certo ou incerto.

A memória, conservada nos arquivos por critérios de funcionalidade administrativa ou fiscal, será, de algum modo, resgatada pelo desejo de nos aproximarmos das vivências tecidas em cumplicidade. Memórias íntimas, memórias partilhadas, labirintos de saudade. A temporalidade dessas vivências e a fenomenologia do lugar constituem o quadro da percepção e da acção — a União Ibérica e o espaço peruano. Ou, se quisermos, o cenário geo-histórico da economia atlântica marcado pelo trato negreiro e pela prata do Potosí; ou a cultura barroca, marcada pela luta entre o profano e o sagrado, regulada pela imposição devocional e por práticas públicas de representação na Catedral ou na Plaza Mayor.

Espaço económico e espaço social e mental constituem o pano de fundo do desenrolar das três partes desta abordagem à problemática da diáspora. A trilogia, reproduzida no seu interior por outras três trilogias, não foi deliberação antecipada, embora esta seja a estrutura mítica da criação. Acontece, quiçá, por organização inconsciente da informação. Poderíamos convocar, como justificação, a escatologia cristã e a forma sonata. A verdade é que se pretende delinear um ciclo expressivo da experiência vivencial dos portugueses, definindo-lhes o espaço de destino e o espaço de retorno. Neste sentido, considera-se necessário uma incursão prévia pelo espaço peruano, enquanto lugar concreto de realização da diáspora e de motivação da mobilidade, uma leitura dos mecanismos de associação, à luz das condições de integração, e uma aproximação à espacialidade cultural, seguindo os itinerários da intimidade e da sociabilidade, fechando o ciclo com a temática do regresso e da morte antecipada.

Os limites temporais deste estudo não foram fixados arbitrariamente. Na história política ibérica, a união dinástica não se reveste de igual importância para os dois países. Se para a historiografia portuguesa de pendão nacionalista, a governação filipina constitui um período negro da História de Portugal e sustentou um discurso anticastelhano que se enraizou no imaginário popular, para a historiografia castelhana este facto é relativizado pelo domínio político sobre vastas regiões da Europa. Importará sublinhar que, para os portugueses, por um lado, a União Ibérica alimentou o sentimento nacionalista e messiânico e, por outro, cimentou uma unidade cultural peninsular aglutinadora de heranças multiculturais de raiz mediterrânica. Nas Índias Ocidentais e no Brasil, Quarta Parte do Mundo, derramaram-se milhares de espanhóis e de portugueses,

logo a partir das viagens colombinas. Descobrimento, conquista e colonização mobilizaram homens e mulheres de Portugal e de Espanha, num processo de crescente complexificação. A derrama dos portugueses nas Índias Ocidentais, lá para as bandas do Peru, acentuou-se a partir de 1580 para diminuir drasticamente por via da repressão inquisitorial (1639-1649) e da Restauração da Independência de Portugal. Foi este período que escolhemos para aprofundar o estudo da presença de portugueses no vice-reino do Peru.

Não elevamos as seis décadas de união política à categoria de época. Afastamo-nos deliberadamente deste debate pela sua marginalidade face à essência do objecto de análise. Contudo, partindo da discussão gerada por Hans Blumenberg, a propósito do conceito de época, cremos que se impõe uma reflexão preliminar sobre a temporalidade escolhida. Na moderna historiografia individualizam-se os períodos históricos como unidades complexas de eventos e suas consequências, preferindo-se os estados às acções, as configurações às figuras. O evento adquire magnitude histórica pela virtude do estado que o cria e define. Mais que os pontos no tempo, os períodos de tempo separados por eles determinam o conceito de uma época. Como resultado, a questão das datas dos pontos de viragem é preterida pela das circunstâncias e medida das formações contíguas àqueles pontos.

No caso da União Ibérica, mais que 1580 como ponto de viragem, ou de 1640 como ponto de inflexão, importa considerar as circunstâncias económicas, sociais e culturais subjacentes aos eventos políticos que balizaram um período de tempo que, na acepção grega, se poderia considerar época. Embora marcas tangíveis no tempo, o período que as une extravasa-as, convocando uma estrutura secular, atravessada por ciclos e interciclos de progresso e recessão. Ou seja, regressando ao nosso objecto, a presença dos portugueses na Hispano-América começou mais cedo, logo com Cristóvão Colombo, e seguiu o curso natural dos fluxos migratórios ibéricos. Veremos que a união política incrementou a derrama, mas não alterou o estatuto de estrangeiros dos portugueses. É deste tempo que falamos, comodamente instalados num tempo nomeado por um critério político.

As vivências dos portugueses no Peru, aqui extravasado dos seus limites administrativos, pelas redes comerciais extra-regionais que habilmente montaram, distinguem-se das dos espanhóis pela sua clandestinidade, como criptojudiaizantes ou ilegais. E foi exactamente esta condição que justificou o manancial informativo hoje disponível nos arquivos nacionais hispano-americanos e que constituiu a base documental deste estudo. O zelo dos inquisidores e dos fiscais fê-los reunir processos complexos de informação que recuperam para a História o mundo dos negócios, dos afectos, do gosto e dos comportamentos sociais.

Autos de bens de defuntos, processos fiscais, licenças, asientos de negros e processos inquisitoriais encaminham-nos no rasteio dos emigrantes, dos viajeros, dos mercadores. Revelam-nos, muitas vezes, à margem de qualquer intencionalidade, os percursos da intimidade e a geografia dos afectos, desencadeando problemas e inquietações cuja resposta não reside no documento de arquivo, mas num espaço mental silenciado e irrecuperável. Os limites da capacidade expressiva do documento tornam apaixonante o trabalho do historiador, atento ao ruído das vozes que se escondem no silêncio das coisas mudas. O mobiliário da casa, a iconografia doméstica, as bibliotecas privadas, as cartas de negócios e de afecto, falam por si ou constituem, pela acção selectiva e perspicaz do historiador, uma rede de informação subjacente e solidária que supre a fraca expressividade do documento isolado.

As fontes transcritas em apêndice (vol. II desta edição) documentam o estudo que empreendemos. Organizámo-las por campos temáticos para facilitar uma leitura independente, conscientes de que a sua riqueza informativa explícita e implícita motivará múltiplas tentativas de resgate de uma memória fragmentada, mas preñhe de vida.

Archivez, archivez, il en restera toujours quelque chose, adverte Pierre Nora. Os milhares de fólhos do Archivo General de Indias, do Archivo General de la Nación de Lima, do México, de Assunção, ou do Archivo Historico Nacional de Madrid, não chegam para resolver toda a nossa perplexidade. E atrás um outro longe imenso escorre, escreveu Sophia de Mello Breyner, revertendo para a poesia o sentido de impotência do historiador face à sua condição de leitor. Por isso, Ricoeur nos previne: écrire la vie est une autre histoire, inachèvement.

Definido o objecto de estudo, importa orientar o leitor nesta longa viagem ao Peru. Em primeiro lugar, o espaço peruano. Quer andarilhos, deambulando sem destino, quer mercadores de pequeno ou grosso trato, os portugueses percorreram um amplo espaço geográfico, dinâmico no jogo das suas potencialidades económicas e dos interesses mercantis metropolitanos. Braudel e Wallerstein acompanham-nos na caracterização deste espaço, mas será Carlos Sempat Assadourian a definir os contornos da dinâmica dos circuitos regionais, inter e extra-regionais.

O estatuto de estrangeiros que os portugueses sempre tiveram, salvo os que lograram obter naturalização nas Índias, sugere-nos um enquadramento legislativo que nos permitirá compreender os processos judiciais em que se viram envolvidos. As relações de estrangeiros estantes e residentes no Peru, preparadas em Cartagena das Índias, Lima, Quito e Tucumán, pelas Audiências de Santa Fé, Lima e Charcas, permitem-nos inventariar inúmeros portugueses, seguir-lhes o percurso e aproximarmo-nos da sua biografia. Veitia Linage e Diego de Encinas, nas suas compilações de leis,

são o instrumento jurídico que nos conduzirá na compreensão das restrições à circulação e à fixação dos portugueses no Peru.

O inventário global dos portugueses estantes e residentes no amplo espaço peruano, sistematizado em documento final (t. II deste vol.), não terá valor definitivo, sendo relativizado, naturalmente, pelas limitações das fontes disponíveis e pela clandestinidade em que muitos viveram. Muitas vezes, serão os autos de bens dos defuntos a trazê-los à superfície e a restabelecer laços com familiares na terra natal. Outras vezes, serão os róis de ausentes cristãos-novos nas vilas e cidades de Portugal a desenrolar o fio que nos permitirá identificá-los nas Índias. Muitos ficaram de fora deste inventário, pela falta de dados objectivos de identificação, embora o seu nome e a relação que mantêm com outros indicie naturalidade portuguesa. De qualquer modo, o cruzamento de informação permite obter números expressivos que quantificaremos, tendo em conta quer o espaço de fixação e de procedência, quer as profissões e a fazenda. Lafuente Machaín, Javier Ortiz de la Tabla y Ducasse e Maria Encarnación Rodríguez Vicente, pelos estudos que realizaram sobre os estrangeiros no Peru, embora muito descritivos, não só nos proporcionam informação sobre os portugueses, como nos abrem novas pistas que nos colocam no encalço de outros.

As cumplicidades tecidas pelos portugueses, sobretudo em torno das redes comerciais, como veremos, justificam dois estudos de caso representativos da forma de organização dos mercadores da Época Moderna. Um teia familiar, construída na base da confiança, levar-nos-á aos Gramaxo, em Cartagena das Índias, e a Manuel Baptista Peres, em Lima. Embora Cartagena esteja fora dos limites administrativos e jurisdicionais do vice-reino do Peru, a sua articulação fundamental com o espaço peruano legítima a sua inclusão neste estudo. Efectivamente, Cartagena, em articulação com o Panamá e Portobelo, era o porto de destino dos negros e o centro de abastecimento do sul, exactamente como o eixo Panamá-Portobelo funcionava como porta de saída da prata do Potosí e de entrada das mercadorias europeias. Para o estudo das redes, Caro Baroja, Domínguez Ortiz e James Boyajian são referências que nos acompanham na construção do texto.

A correspondência familiar e comercial arquivada pelo Santo Ofício de Lima bem como os inventários de bens sequestrados e os interrogatórios promovidos pela Inquisição (t. II deste vol.) constituem informação fundamental para o estudo das cumplicidades e da vivências dos portugueses. Os trabalhos exaustivos e descritivos sobre as inquisições indianas, realizados por José Toribio Medina, e os estudos interpretativos de Quiroz Norris e Millar Gorbacho, articulados com a riqueza informativa das fontes manuscritas, são um suporte importante para o estudo das redes dos cristãos-novos. Na mesma medida, para uma aproximação ao gosto pela

leitura e aos espaços privados de sociabilidade de Manuel Baptista Peres, em Lima, Nachtan Wachtel, Pérez Guibovich, Hampe Martínez e González Sánchez serão decisivos para uma leitura crítica da documentação.

Na definição do campo teórico convocamos a nossa genealogia espiritual, expressão que Foucault usa para se referir a todos os que estruturam o nosso pensamento: Hans Blumenberg e Nelson Goodman e a conceptualização da leitura e da legibilidade do mundo; Michel Foucault e Paul Ricoeur, da arqueologia do saber, à ordem do discurso, à teoria da interpretação e à relação da história com a memória e o esquecimento; Norbert Elias e a questão do prestígio e da representação na sociedade moderna; José Antonio Maravall e a cultura barroca e o poder das elites; Roger Chartier e a cultura escrita e o discurso sobre a leitura.

Finalmente, uma advertência ao leitor. Um narrador anónimo emerge no texto, esporadicamente, como testemunha viva. Viveu no Peru entre 1602 e 1617, tempo que lhe possibilitou percorrer um amplo périplo, de Buenos Aires ao Panamá e a Cartagena, viver alguns anos em Lima, vindo, mais tarde, após o seu regresso a Sevilha, a escrever uma Descripción general del Reyno del Piru, em particular de Lima. A sua leitura crítica do espaço vice-reinal e da sociedade colonial confere-lhe uma posição de destaque nas crónicas seiscentistas. Talvez por ser judeu e, seguramente, português, manteve o anonimato. Recorreremos ao seu texto sempre que o nosso exija conhecimento vivencial, como se ele fosse o caruncho que Julian Barnes metaforiza em passageiro clandestino da Arca de Noé com o estatuto de narrador principal. O autor, entretanto resgatado do anonimato por Guillermo Lhomann Villena, encerra na sua biografia o sentido de errância de muitos emigrantes portugueses, outra razão para o escolhermos para companheiro de viagem.

ÍNDICE GERAL

Agradecimentos	9
INTRODUÇÃO	13
Siglas e abreviaturas	19

PARTE I

MOBILIDADE: DIÁSPORA E VERSATILIDADE SOCIAL

CAPÍTULO I — O ESPAÇO PERUANO	23
1. <i>Peru</i> , termo difuso, lugar concreto	23
2. Produção e circuitos regionais de comercialização	32
3. Comércio extra-regional	43
CAPÍTULO II — DIÁSPORA	63
1. Legislação castelhana acerca de estrangeiros nas Índias	63
2. Pressão legislativa e fluidez de fronteiras	76
3. Estratificação geográfica dos portugueses no Peru	84
3.1. Estantes e residentes segundo róis oficiais	89
3.1.1. Lima e Potosí, 1595	90
3.1.2. Quito, 1595	91
3.1.3. Tucumán, 1607	94
3.1.4. Potosí, 1610	97
3.1.5. Cartagena das Índias, 1630	100
4. Picos de emigração	106
5. Geografia da errância	111
6. Périplos	122

CAPÍTULO III — VERSATILIDADE SOCIAL	131
1. Diversidade de negócios	131
2. Profissões e fortuna	150
3. Integração na sociedade colonial	173

PARTE II

CUMPLICIDADES

CAPÍTULO I — FORMAS DE AGRUPAMENTO	203
1. Partir para as <i>bandas del Piru</i> , aventura individual ou fenómeno grupal?	203
2. Conterraneidade	205
3. Parentesco	211
CAPÍTULO II — OS GRAMAXO — UM CASO PARADIGMÁTICO DE REDE DE NEGÓCIOS EM CARTAGENA DAS ÍNDIAS	227
1. A família Gramaxo: genealogia e discurso de vida	227
2. Da condição de estrangeiro ao estatuto de natural	240
<i>Apêndice I — Genealogia dos Gramaxo</i>	241
2.1. O processo de Jorge Fernandes Gramaxo (1593-1620)	242
2.2. O processo de António Nunes Gramaxo (1624-1631)	253
3. Tratos e contratos (1593-1636)	270
3.1. A rede comercial à escala extra-regional	272
3.2. O comércio de produtos da terra	303
3.3. Comércio de produtos europeus na rota Sevilha-Cartagena das Índias	314
4. O património dos Gramaxo em Cartagena das Índias (1611-1627)	322
<i>Apêndice II — Pessoas que se relacionaram com os Gramaxo (1591-1636)</i>	330
<i>Apêndice III — Cronobiografia de Jorge Fernandes Gramaxo, António Nunes Gramaxo e Luís Fernandes Soares</i>	343
CAPÍTULO III — MANUEL BAPTISTA PERES, <i>EL CAPITÁN GRANDE</i>	347
1. Manuel Baptista Peres e a família Rodrigues de Lisboa: itinerário biográfico	347
1.1. Genealogia	348
1.2. Discurso de sua vida	360
2. A rede comercial através das cartas de negócios	364
2.1. A escrita epistolar: o valor da notícia	364

<i>Apêndice IV — Genealogia II — Os Rodrigues de Lisboa</i>	366
<i>Apêndice V — Genealogia II-A — Manuel Baptista Peres</i>	367
2.2. Território e agentes	385
3. A fortuna	416
3.1. O trato de negros — o cerne da fortuna	416
3.2. Prata que se escoa pelos dedos	437
<i>Apêndice VI — Pessoas que se relacionaram com Manuel Baptista Peres e Sebastião Duarte (1617-1635)</i>	447
<i>Apêndice VII — Cronobiografia de Manuel Baptista Peres e de Sebastião Duarte</i>	457

Volume I

Tomo II

PARTE III

VIVÊNCIAS

CAPÍTULO I — O GOSTO PELA LEITURA	9
1. Los Reyes de Lima, cidade em festa	9
2. Manuel Baptista Peres, um mercador letrado em Lima em 1635	16
2.1. Indícios de cultura:	
a) A educação e a escrita	25
b) O livro como factor de sociabilidade	29
2.2. A livraria: inventário temático	43
<i>Apêndice VIII — Proposta de catálogo da livraria de Manuel Baptista Peres</i>	<i>56</i>
CAPÍTULO II — A INTIMIDADE DA CASA	75
1. O espaço privado de sociabilidade de um mercador português em Lima	75
2. Marcas distintivas do gosto	94
2.1. Mobiliário	96
2.2. Objectos icónicos	
<i>Apêndice IX — Inventário da iconografia de Garcia Mendes de Donas, 1623</i>	<i>116</i>
<i>Apêndice X — Inventário da iconografia de Manuel Baptista Peres, 1635</i>	<i>116</i>
<i>Apêndice XI — Inventário da iconografia de Tomé Quaresma, 1635</i>	<i>118</i>
CAPÍTULO III — QUIEN VA AL PERÚ DECIERTO NO VUELVE	123
1. Os laços com a família ausente	123
2. Morte antecipada, regresso forçado	133

CONCLUSÃO	143
Bibliografia	149
DOCUMENTO «PORTUGUESES ESTANTES E RESIDENTES DO PERU (1580-1640)»	171
Siglas	173
Índice de extratextos	647

Volume II

Critérios de transcrição	9
--------------------------------	---

1

Cartas oficiais

1.1 — Carta do licenciado Fernando de Sarria a Sua Majestade sobre descaminho de negros. Cartagena das Índias, 1621. AGI, <i>Santa Fé</i> , 56B, n. 50	13
1.2 — Carta de Antonio Rodríguez de San Isidro Manrique a Sua Majestade acerca dos estrangeiros, em especial dos portugueses. Cartagena das Índias, 1630. AGI, <i>Santa Fé</i> , 56B, n. 66	14
1.3 — Segunda carta de Antonio Rodríguez de San Isidro Manrique a Sua Majestade acerca dos estrangeiros, em especial dos portugueses. Cartagena das Índias, 1630. AGI, <i>Santa Fé</i> , 56B, n. 66	16
1.4 — Terceira carta de Antonio Rodríguez de San Isidro Manrique, visitador geral de Santa Fé, a Sua Majestade acerca da composição de estrangeiros. Cartagena das Índias, 1630. AGI, <i>Santa Fé</i> , 56B, n. 70	17
1.5 — Cópia da carta de Sua Majestade ao visitador da Audiência de Charcas para que proceda contra os portugueses que tiverem entrado nas Índias pelo porto de Buenos Aires. La Plata, 1631. AGI, <i>Charcas</i> , l. 415, lib. 3	18
1.6 — Carta de Geronimo Garavito a Sua Majestade. Vila Imperial de Potosí, 1641 (?). AGI, <i>Charcas</i> , 117	19

2

Relações de estrangeiros

- 2.1 — Relação dos estrangeiros residentes em Charcas feita pelo licenciado Alonso Maldonado de Torres a Sua Majestade. Potosí, 1610. AGI, *Charcas*, 18, r. 7, n. 113, doc. 5 25
- 2.2 — Relação e abecedário dos estrangeiros que se acharam na cidade de Cartagena, e com quem se fez causa e o que se fez com cada um em serviço de Sua Majestade, de que foi juiz o doutor Don Antonio Rodríguez de San Isidro Manrique. Cartagena das Índias, 1630. AGI, *Santa Fé*, 56B, n. 73A 31

3

Processos de naturalização

- 3.1 — Parecer e informação do governador e capitão geral de Cartagena, D. Diego Fernández de Velasco, sobre os serviços de Jorge Fernandes Gramaxo. Cartagena das Índias, 1609. AGI, *Escribania*, 589B 81
- 3.2 — Petição de Jorge Fernandes Gramaxo a Sua Majestade para que lhe seja concedida carta de naturalidade. Madrid, 1613. AGI, *Santa Fé*, 100 82
- 3.3 — Resposta de Sua Majestade a Jorge Fernandes Gramaxo sobre o seu pedido de naturalização. Madrid, 1613. AGI, *Santa Fé*, 100 83
- 3.4 — Petição de Jorge Fernandes Gramaxo para pagar a carta de naturalidade em duas prestações. Madrid, 1613. AGI, *Santa Fé*, 100 83
- 3.5 — Carta de pagamento de 1500 ducados por Jorge Fernandes Gramaxo ao receptor do Conselho de Índias. Madrid, 1614. AGI, *Santa Fé*, 100 84
- 3.6 — Auto lavrado pelo licenciado Alonso Espino de Cáceres do Conselho de Sua Majestade sobre a naturalidade de Jorge Fernandes Gramaxo. Cartagena das Índias, 1620. AGI, *Escribania*, 589B, peça 11 85

4

Processos judiciais

- 4.1 — Petição de Baltazar Gomes para desembargo dos seus bens. Cartagena das Índias, 1619. AGI, *Escribania*, 589B, peça 42 89
- 4.2 — Certificado do contador real de Cartagena relativo aos negros registados no quadro do *asiento* de António Fernandes de Elvas. Cartagena das Índias, 1619. AGI, *Escribania*, 589B, peça 42 90
- 4.3 — Carta de Alonso Espino de Cáceres, ouvidor do Panamá, juiz de comissão em Cartagena, relativa a estância de Gramaxo. Santa Fé, 1619. AGI, *Santa Fé*, 56B, n. 29 91

4.4 — Confissão de Jorge Gramaxo, o moço, preso no cárcere público de Cartagena, perante Alonso Espino de Cáceres, ouvidor da Real Audiência de Panamá. Cartagena das Índias, 1620. AGI, <i>Escribania</i> , 589B, peça 32	92
4.5 — Requerimento de Jorge Fernandes, o moço, para ser solto do cárcere. Cartagena das Índias, 1620. AGI, <i>Escribania</i> , 589B, peça 32	93
4.6 — Sentença proferida pelo ouvidor Alonso Espino de Cáceres contra Jorge Fernandes Gramaxo, o moço. Cartagena das Índias, 1620. AGI, <i>Escribania</i> , 589B, peça 32	94
4.7 — Auto para que António Nunes Gramaxo tenha sua casa por cárcere. Cartagena das Índias, 1627. AGI, <i>Santa Fé</i> , 109, n. 27	95

5

Processos de restituição de bens de defuntos

5.1 — Pleito dos bens de Bartolomeu Franco defunto nas Índias, por ser português, por Gil de Lasierpe, fiscal da Real Audiência da Contratação em Sevilha. Sevilha, 1620. AGI, <i>Contratación</i> , 340A, n. 2, r. 13	99
5.2 — Petição de Gabriel Prado de Moscoso, em nome do Real Fisco, ao presidente e juízes da Contratação para condenar os bens de Bartolomeu Franco. Sevilha, 1624. AGI, <i>Contratación</i> , 358B, n. 1, r. 5	100
5.3 — Petição de Antonio Roíz Navarrete, em nome de Isabel Vaz e dos restantes herdeiros, para restituição da herança apesar da querela que corre na Contratação. Sevilha, 1624. AGI, <i>Contratación</i> , 358B, n. 1, r. 5	101
5.4 — Sentença do pleito entre o fiscal da Contratação e os bens de Bartolomeu Franco. Sevilha, 1624. AGI, <i>Contratación</i> , 358B, n. 1, r. 5	102
5.5 — Petição de Antonio Roíz Navarrete, em nome de Isabel Vaz e dos restantes herdeiros, para aceitação de fiador da herança. Sevilha, 1624. AGI, <i>Contratación</i> , 358B, n. 1, r. 5	103
5.6 — Carta de pago da herança de Bartolomeu Franco aos herdeiros legítimos. Sevilha, 1624. AGI, <i>Contratación</i> , 358B, n. 1, r. 5	103

6

Processos da Inquisição

6.1 — Relação dos ausentes em Vila Nova de Portimão mandada fazer pelo Tribunal do Santo Ofício de Évora. Portimão, 1613. ANTT, <i>Inquisição, Conselho Geral</i> , papéis avulsos, m. 7, doc. 2618	107
6.2 — Declaração do capitão Garcia Mendes de Donas perante o Santo Ofício. Lima, 10 de Novembro de 1623. AGN, <i>Inquisición, Santo Oficio, Contencioso</i> , caja 22, expediente 217	111

6.3 — Interrogatório a Sebastião Duarte. Lima, 1635. AGN, <i>Inquisición, Santo Oficio, Contencioso</i> , caja 35, expediente 366	115
6.4 — Exame e primeira audiência de Manuel Baptista Peres pelo Tribunal do Santo Ofício da Inquisição de Lima. Lima, 1635. AGI, <i>AHN/Inquisición</i> , legado 1647, expediente 13	117
6.5 — Interrogatório a Luís Fernandes Soares, primeira audiência. Cartagena, 1636. AGI, <i>AHN/Inquisición</i> , legado 1620, expediente 11, n. 1	121
6.6 — Excerto da acusação de Luís Fernandes Soares pelo Tribunal do Santo Ofício de Cartagena das Índias. Cartagena, 1637. AGI, <i>AHN/Inquisición</i> , legado 1620, expediente 11, n. 1	124
6.7 — Petição de António Nunes Gramaxo ao Santo Ofício de Cartagena para pagamento das dívidas de Luís Fernandes Soares. Cartagena das Índias, 1637. AGI, <i>AHN/Inquisición</i> , legado 1611, expediente 17, n. 2	125
6.8 — Petição de António Nunes Gramaxo a Sua Majestade para restituição do procedido das cargas enviadas de Sevilha para Luís Fernandes Soares, preso pelo Santo Ofício em Cartagena das Índias. Sevilha, 1637. AGI, <i>AHN/Inquisición</i> , legado 1611, expediente 17, n. 2	128
6.9 — Sentença proferida pelo Tribunal do Santo Ofício de Lima contra Manuel Baptista Peres. Lima, 1639. AGI, <i>AHN/Inquisición</i> , legado 1647, expediente 13	130

7

Cartas de negócios

7.1 — Carta de Jorge da Silva a João Rodrigues Mesa. Panamá, 1627. AGN, <i>Inquisición, Santo Oficio, Contencioso</i> , caja 34, expediente 350	133
7.2 — Carta de Manuel Baptista Peres a Sebastião Duarte. Lima, 1628. AGN, <i>Inquisición, Santo Oficio, Contencioso</i> , caja 30, expediente 299	135
7.3 — Carta de Manuel Baptista Peres a Sebastião Duarte. Lima, 1628. AGN, <i>Inquisición, Santo Oficio, Contencioso</i> , caja 30, expediente 299	136
7.4 — Carta de Manuel Baptista Peres a Sebastião Duarte. Lima, 1628. AGN, <i>Inquisición, Santo Oficio, Contencioso</i> , caja 30, expediente 299	137
7.5 — Carta de Manuel Baptista Peres a Sebastião Duarte. Lima, 1628. AGN, <i>Inquisición, Santo Oficio, Contencioso</i> , caja 30, expediente 299	138
7.6 — Carta de Manuel Baptista Peres a Sebastião Duarte. Lima, 1628. AGN, <i>Inquisición, Santo Oficio, Contencioso</i> , caja 30, expediente 299	139

7.7 — Carta de António Nunes Gramaxo a Sebastião Duarte. Cartagena das Índias, 1628. AGN, <i>Inquisición, Santo Oficio, Contencioso</i> , caja 30, expediente 299	142
7.8 — Carta de Paulo Rodrigues a Sebastião Duarte. Cartagena, 1629. AGN, <i>Inquisición, Santo Oficio, Contencioso</i> , caja 30, expediente 299	143
7.9 — Carta de Paulo Rodrigues a seu irmão Sebastião Duarte. Cartagena, 1630. AGN, <i>Inquisición, Santo Oficio, Contencioso</i> , caja 30, expediente 299	146
7.10 — Carta de Manuel Baptista Peres a Sebastião Duarte. Lima, 1630. AGN, <i>Inquisición, Santo Oficio, Contencioso</i> , caja 30, expediente 299	149
7.11 — Carta de Manuel Baptista Peres a Sebastião Duarte. Lima, 1630. AGN, <i>Inquisición, Santo Oficio, Contencioso</i> , caja 30, expediente 299	152
7.12 — Carta de Manuel Baptista Peres a Sebastião Duarte. Lima [1631]. AGN, <i>Inquisición, Santo Oficio, Contencioso</i> , caja 30, expediente 299	156
7.13 — Carta de Manuel Baptista Peres a Sebastião Duarte. Lima, 1631. AGN, <i>Inquisición, Santo Oficio, Contencioso</i> , caja 30, expediente 299	159
7.14 — Carta de Manuel Baptista Peres a Sebastião Duarte. Lima, 1631. AGN, <i>Inquisición, Santo Oficio, Contencioso</i> , caja 30, expediente 299	162
7.15 — Carta de Manuel Baptista Peres a Sebastião Duarte. Lima, 1632. AGN, <i>Inquisición, Santo Oficio, Contencioso</i> , caja 30, expediente 299	163
7.16 — Carta de António Nunes Gramaxo a Sebastião Duarte. Sevilha, 1633. AGN, <i>Inquisición, Santo Oficio, Contencioso</i> , caja 30, expediente 299	166
7.17 — Carta de Jorge Lopes de Paz a Jorge da Silva. Arequipa, 1633. AGN, <i>Inquisición, Santo Oficio, Contencioso</i> , caja 34, expediente 350	167
7.18 — Carta de António Nunes Gramaxo a Sebastião Duarte. Sevilha, 1633. AGN, <i>Inquisición, Santo Oficio, Contencioso</i> , caja 30, expediente 299	168
7.19 — Carta de Luís Fernandes Soares a Sebastião Duarte. Sevilha, 1633. AGN, <i>Inquisición, Santo Oficio, Contencioso</i> , caja 30, expediente 299	169
7.20 — Carta de Brás de Paz Pinto a Sebastião Duarte. Cartagena das Índias, 1634. AGN, <i>Inquisición, Santo Oficio, Contencioso</i> , caja 30, expediente 299	170
7.21 — Carta de João Rodrigues Mesa a Jorge da Silva com memória do que devem várias pessoas. Cartagena das Índias, 1634. AGN, <i>Inquisición, Santo Oficio, Contencioso</i> , caja 34, expediente 350	172

7.22 — Carta de Francisco Nunes Caldeireta a Manuel Baptista Peres. Lisboa, 1634. AGN, <i>Inquisición, Santo Oficio, Contencioso</i> , caja 30, expediente 299	175
7.23 — Carta de Diogo Roiz de Estremoz a Jorge da Silva. Lisboa, 1634. AGN, <i>Inquisición, Santo Oficio, Contencioso</i> , caja 34, expediente 350	176
7.24 — Carta de Garcia Gomes Correia a Manuel Baptista Peres. Madrid, 1634. AGN, <i>Inquisición, Santo Oficio, Contencioso</i> , caja 30, expediente 299	177
7.25 — Carta de Lourenço Leitão a Manuel Baptista Peres. Lisboa, 1634. AGN, <i>Inquisición, Santo Oficio, Contencioso</i> , caja 30, expediente 299	178
7.26 — Carta de Sebastião Duarte a Brás de Paz Pinto. Lima, 1634. AGN, <i>Inquisición, Santo Oficio, Contencioso</i> , caja 30, expediente 299	179
7.27 — Carta de Brás de Paz Pinto a Manuel Baptista Peres. Cartagena, 1634. AGN, <i>Inquisición, Santo Oficio, Contencioso</i> , caja 30, expediente 299	181
7.28 — Carta de Luís Fernandes Soares a Sebastião Duarte. Panamá, 1634. AGN, <i>Inquisición, Santo Oficio, Contencioso</i> , caja 30, expediente 299	182
7.29 — Cópia da carta de Luís Fernandes Soares a seu tio António Nunes Gramaxo. Cartagena das Índias, 1636. AGI, <i>AHN/Inquisición</i> , legado 1611, expediente 17, n. 2	183

8

Livros de contas e fés de registo

8.1 — Excerto da memória das contas do capitão Manuel Baptista Peres. Lima, 1623-1635. AGN, <i>Inquisición, Santo Oficio, Contencioso</i> , caja 23, doc. 243	189
8.2 — Cópia da carta de poder de Luís Fernandes Soares a seu tio António Nunes Gramaxo. Cartagena das Índias, 1635. AGI, <i>AHN/Inquisición</i> , legado 1611, expediente 17, n. 2	194
8.3 — Cópia da escritura de dívida de António Nunes Gramaxo, em nome de Luís Fernandes Soares, a Francisco del Pino, no valor de 126 647 <i>reales de plata doble</i> . Sevilha, 1636. AGI, <i>AHN/Inquisición</i> , legado 1611, expediente 17, n. 2	195
8.4 — Cópia de fé de registo da carga que António Nunes Gramaxo enviou a Luís Fernandes Soares, de Sevilha para Cartagena das Índias. Sevilha, 1636. AGI, <i>AHN/Inquisición</i> , legado 1611, expediente 17, n. 2	198
8.5 — Cópia de registos e «conocimientos» da carga que António Nunes Gramaxo enviou a Luís Fernandes Soares, de Sevilha para Cartagena das Índias. Sevilha, 1636. AGI, <i>AHN/Inquisición</i> , legado 1611, expediente 17, n. 2	202

9

Inventários de bens

9.1 — Embargo de bens e prisão de Jorge Gramaxo decretados por Alonso Espino de Cáceres, ouvidor da Real Audiência do Panamá. Cartagena das Índias, 1620. AGI, <i>Escribania</i> , 589B, peça 32	211
9.2 — Inventário dos bens de Garcia Mendes de Donas na sua casa de morada. Lima, 1623. AGN, <i>Inquisición, Santo Oficio, Contencioso</i> , caja 22, expediente 217	212
9.3 — Inventário dos bens de António Nunes Gramaxo embargados, em sua casa, pelo governador e capitão geral de Cartagena, D. Diego de Escobar. Cartagena das Índias, 1627. AGI, <i>Santa Fé</i> , 109, n. 27	216
9.4 — Inventário dos bens de Manuel Baptista Peres na sua casa de morada. Los Reyes de Lima, 1635. AGN, <i>Inquisición, Santo Oficio, Contencioso</i> , caja 40, expediente 383	219
9.5 — Inventário da chácara de Manuel Baptista Peres. Vale de Bocanegra, Lima, 1635. AGN, <i>Inquisición, Santo Oficio, Contencioso</i> , caja 40, expediente 383	249
9.6 — Inventário dos bens de Tomé Quaresma na sua casa de morada. Lima, 1635. AGN, <i>Inquisición, Santo Oficio, Contencioso</i> , caja 44, expediente 394	254

10

Testamentos

10.1 — Testamento e codicilo de Bartolomeu Franco. Villa Imperial de Potosí, 1612. AGI, <i>Contratación</i> , 340A, n. 2, r. 13	269
10.2 — Testamento e codicilos de Diogo de Beça. Chachapoyas, 1622. AGI, <i>Contratación</i> , 524, n. 2, r. 11	278
10.3 — Testamento de Melchior Alfonso. Assunção, 1623. AHN (Assunção), <i>Sección Propiedades y Testamentos</i> , vol. 484, n.º 8	286

11

Cartas de afecto

11.1 — Carta de Margarida Dias a Sebastião Duarte, seu sobrinho. Sevilha, 1627. AGN, <i>Inquisición, Santo Oficio, Contencioso</i> , caja 30, expediente 299	291
11.2 — Carta de Paulo Rodrigues a seu irmão Sebastião Duarte. Cartagena das Índias, 1629. AGN, <i>Inquisición, Santo Oficio, Contencioso</i> , caja 30, expediente 299	291
11.3 — Carta de Paulo Rodrigues a seu irmão Sebastião Duarte. Cartagena das Índias, 1630. AGN, <i>Inquisición, Santo Oficio, Contencioso</i> , caja 30, expediente 299	295
11.4 — Carta de Diogo da Silva a seu filho Jorge da Silva. Estremoz, 1634. AGN, <i>Inquisición, Santo Oficio, Contencioso</i> , caja 34, expediente 350	297

11.5 — Carta de Dona Branca de Torres a Manuel Baptista Peres. Lisboa, 1634. AGN, <i>Inquisición, Santo Oficio, Contencioso</i> , caja 30, expediente 299	299
11.6 — Carta de Dona Guiomar de Brito a Manuel Baptista Peres. Sevilha, 1634. AGN, <i>Inquisición, Santo Oficio, Contencioso</i> , caja 30, expediente 299	299
11.7 — Carta de frei Rodrigues Álvares a Manuel Baptista Peres. Sevilha, 1634. AGN, <i>Inquisición, Santo Oficio, Contencioso</i> , caja 30, expediente 299	300
11.8 — Carta de frei Rodrigues Álvares a Sebastião Duarte. Sevilha, 1634. AGN, <i>Inquisición, Santo Oficio, Contencioso</i> , caja 30, expediente 299	303